

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

**Processo Administrativo Nº 10680.000179/2017-01**

**CONTRATO SAMF/MG Nº 01/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, "CONTÍNUO" ADMINISTRATIVO, COPEIRAGEM, PORTARIA E RECEPÇÃO [COM E SEM "CERTIFICAÇÃO DIGITAL" NOS CASOS INDICADOS], COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA [RESIDENTE] PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM MINAS GERAIS E DEMAIS ÓRGÃOS ATENDIDOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO E SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI.**

Em 26 de janeiro de 2018, na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, doravante simplesmente SAMF/MG, situada no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, Nº 1.316, Centro, 7º Andar, Ala "B", Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços as partes que se seguem.

De um lado, a **União**, como Contratante, por intermédio da SAMF/MG e neste ato representada pela Senhora Sônia Lúcia Dias, Chefe da Divisão de Recursos Logísticos, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF/GM Nº 144, de 27 de abril de 2016, do Ministro de Estado da Fazenda, publicada no "Diário Oficial da União" de 29 de abril de 2016.

De outro lado, a empresa **SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI**, como Contratada, CNPJ nº 05.670.079/0001-81, com sede na Rua Alvarenga nº 361, Bairro Dom Bosco, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

Senhor Lindon Carlos Ferreira Lins, CPF nº 361.180.491-00, Carteira de Identidade nº 864.051SSP-DF, titular administrador, estado civil: casado, nacionalidade brasileiro, que apresentou os documentos exigidos como representante legal e com poderes para celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços.

Este Contrato de Prestação de Serviços foi elaborado nos termos aprovados pelo Parecer PFN/MG DIJUD/LEA Nº 078/2017, da Divisão de Assuntos Jurídicos Diversos da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, acostado no processo administrativo indicado, sendo aprovado pelo Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, em 10 de abril de 2017; sendo observadas as disposições da Lei Nº 10.520, de 2002, da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações, da Lei Complementar Nº 123, de 2006, e alterações, da Lei Nº 13.414, de 2017 (Lei Orçamentária da União), da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e, no que for aplicável ao objeto desta contratação, na legislação e nos atos normativos já indicados no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico abaixo referenciado; mediante as cláusulas e as condições que seguem, sendo partes integrantes e complementares deste instrumento, independentemente de transcrição e para todos os fins e legais efeitos: Edital do Pregão Eletrônico SAMF/MG Nº 003/2017 (fls. 825/842), "Plano de Trabalho" (fls. 842 v./ 843), "Termo de Referência" (fls. 843 v./871) e "Proposta de Preços" apresentada pela Contratada em 29 e dezembro de 2017 (fls. 931/946), e demais documentos inseridos nos autos do processo administrativo indicado.

### CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO CONTRATUAL.

O objeto da contratação é a prestação de serviços contínuos e comuns de auxiliar administrativo, "contínuo" administrativo, copeiragem, portaria e recepção [com e sem "Certificação Digital" nos casos indicados], disponibilizando os postos de serviço (mão de obra residente) nos quantitativos indicados, para atendimento às necessidades operacionais, acessórias e complementares da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais e dos órgãos indicado neste instrumento, observadas as exigências, procedimentos, rotinas, disposições e outros detalhamentos constantes do Termo de Referência, doravante denominado neste contrato simplesmente "prestação de serviços"; a saber:

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

Edifício / Órgão	Cargo	Quantidade	Jornada	Valor Unitário do Posto	Valor Mensal		
SAMF - Edifício Sede	Copeiragem	1	18	44h	2.864,61	2.864,61	74.129,95
SAMF - Edifício Sede	Portaria	2		30h	2.164,17	4.328,35	
SAMF - Edifício Sede	Portaria	4		44h	3.343,92	13.375,67	
SAMF - Edifício Sede	Portaria Líder	1		44h	3.897,50	3.897,50	
SAMF - Edifício Sede	Portaria	1		12x36N	8.178,11	8.178,11	
SAMF - Edifício Sede	Portaria	1		12x36D	7.303,67	7.303,67	
SAMF - Edifício Sede	Recepção	7		40h	4.215,23	29.506,61	
SAMF - Edifício Sede	Recepção - Supervisão	1		40h	4.675,42	4.675,42	
SAMF - Tupinambás	Portaria	1	2	12x36D	7.303,67	7.303,67	15.481,77
SAMF - Tupinambás	Portaria	1		12x36N	8.178,10	8.178,10	
DRJ - Edifício Sede	Recepção	3	3	40h	4.215,23	12.645,69	12.645,69
CGU	Copeiragem	1	7	44h	2.864,61	2.864,61	28.155,99
CGU	Recepção	6		40h	4.215,23	25.291,38	
CENTRESAF	Auxiliar Administrativo	1	7	44h	3.709,22	3.709,22	31.198,61
CENTRESAF	Copeiragem	1		44h	2.864,61	2.864,61	
CENTRESAF	Recepção	3		40h	4.215,23	12.645,69	
CENTRESAF	Portaria	1		12x36D	7.303,67	7.303,67	
CENTRESAF	Recepção - Supervisão	1		40h	4.675,42	4.675,42	
PFN	Contínuo Administrativo	4	50	44h	2.736,34	10.945,35	202.374,58
PFN	Copeiragem	2		44h	2.864,61	5.729,21	
PFN	Recepção c/ certificação digital	22		40h	4.225,68	92.964,94	
PFN	Recepção	22		40h	4.215,23	92.735,07	
SPU	Copeiragem	1	8	44h	2.864,61	2.864,61	30.628,59
SPU	Recepção	5		40h	4.215,23	21.076,15	
SPU	Portaria	2		44h	3.343,92	6.687,84	
SRFB	Copeiragem	1	1	44h	2.864,61	2.864,61	2.864,61
Quantitativo Total de Postos		96	TOTAL			Mensal	397.479,79
						Anual	4.769.757,52

**Parágrafo Primeiro. Das Rotinas e Outros Procedimentos.**

As rotinas, exigências, procedimentos, disposições, especificações e outros detalhes estão descritos no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

**Parágrafo Segundo. Da Vinculação do Contrato.**

O contrato vincula-se às disposições do Edital do Pregão Eletrônico, do Plano de Trabalho, do Termo de Referência e da "Proposta de Preços" apresentada pela Contratada, conforme indicado no preâmbulo deste instrumento.

**Parágrafo Terceiro. Da Natureza da Contratação.**

A prestação de serviços objeto do contrato é de natureza contínua e comum.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

### **Parágrafo Quarto. Das Supressões.**

Serão suprimidos dois postos de serviços de recepção do CENTRESAF-MG a partir do dia 05/03/2018. Da mesma forma, também serão suprimidos todos os 03 postos de serviços de recepção da DRJ a partir de 01/02/2018. As referidas supressões decorrem de solicitações supervenientes dos referidos órgãos.

### **CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de fevereiro de 2018 e término em 31 de janeiro de 2019, ressalvado o exposto na Cláusula Terceira.

### **CLÁUSULA TERCEIRA. DAS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS.**

O contrato poderá ser prorrogado, no interesse das partes contratantes, observadas as disposições desta Cláusula.

#### **Parágrafo Primeiro. Da Vantajosidade da Prorrogação.**

A prorrogação não constitui direito subjetivo da Contratada, devendo ser demonstrada a vantajosidade da prorrogação prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações.

#### **Parágrafo Segundo. Das Prorrogações Subsequentes.**

O contrato poderá ser prorrogado por períodos subsequentes de 12 (doze) meses, limitando-se a 60 (sessenta) meses a contar do início de sua vigência; sendo que as prorrogações serão formalizadas por meio de "Termo Aditivo", nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, observado o que se segue:

- a) Sejam formalmente autorizadas pela autoridade competente;
- b) Os serviços estejam sendo prestados regularmente;
- c) A Contratante mantenha interesse na continuidade da prestação dos serviços;
- d) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante;
- e) A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;
- f) Quando o caso, seja realizada negociação contratual para a redução ou eliminação dos "custos fixos" ou "variáveis não renováveis" que tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não prorrogação contratual.

#### **Parágrafo Terceiro. Da Verificação da Vantajosidade da Prorrogação.**



4

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

A pesquisa de mercado, nos termos Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, poderá ser dispensada quando:

- a) Os reajustes dos itens envolvendo a "Folha de Salários" forem efetuados com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;
- b) Os reajustes dos itens envolvendo "insumos" – exceto quanto às obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei – e dos materiais empregados na prestação dos serviços forem efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**);
- c) Quando for estabelecido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os valores da contratação, ao longo do tempo e a cada prorrogação forem iguais ou inferiores aos limites fixados;
- d) Quando os valores da contratação forem superiores aos limites que venham a ser fixados pela citada Secretaria caberá negociação entre as partes contratantes objetivando a redução dos preços e de modo a viabilizar economicamente a prorrogação contratual.

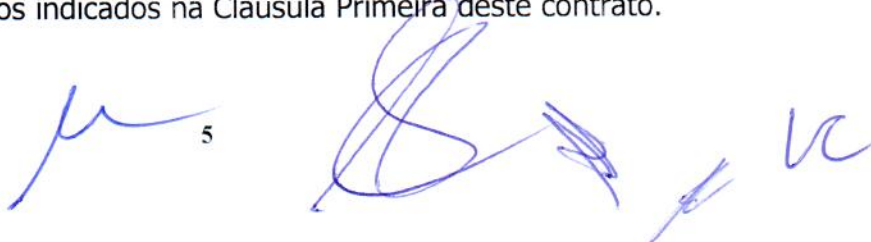
### **Parágrafo Quarto. Da Não Prorrogação Contratual.**

Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o contrato não será prorrogado:

- a) Caso venham a ser estabelecidos pela citada Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação limites máximos para a contratação e os preços dos serviços estiverem superiores aos estabelecidos, inobstante admitindo-se a negociação prevista na alínea "d" do parágrafo anterior objetivando a redução de preços aos patamares estabelecidos;
- b) Caso a Contratada tiver sido declarada inidônea para licitar ou de contratar com a Administração Pública ou cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e contratar com a União ou com a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, enquanto perdurarem os efeitos dessas penalidades.

### **CLÁUSULA QUARTA. DO PREÇO CONTRATUAL MENSAL.**

A Contratante pagará à Contratada o valor total mensal de R\$ 397.479,79 (trezentos e noventa e sete mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos), para a prestação dos serviços indicados na Cláusula Primeira deste contrato.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

**Parágrafo Único. Da Composição do Preço Contratual.**

No preço contratual indicado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços, tais como tributos; encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais; encargos comerciais incidentes; taxa de administração; frete e seguro; e todas as outras despesas e custos necessários ao cumprimento integral do objeto do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS.**

Para fazer face a elevações de custos que venham a ocorrer durante a vigência do contrato, a Contratada tem direito à repactuação dos preços, atendidas as disposições constantes desta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro.**

A repactuação de preços não pode alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**Parágrafo Segundo. Do Interregno para Repactuação.**

O pedido de repactuação deve respeitar o interregno mínimo de um ano a contar da data do orçamento ao qual a "Proposta de Preços" adjudicada se referir ou da concessão da última repactuação.

**Parágrafo Terceiro. Da Primeira Repactuação.**

O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) Da data limite para a apresentação da "Propostas de Preços" constante do Edital do Pregão Eletrônico, em relação aos custos com a prestação dos serviços decorrentes, tais como o custo de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- b) Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da "Proposta de Preços", quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos;
- c) Quando for o caso da prestação dos serviços envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**Parágrafo Quarto. Das Repactuações Subsequentes.**

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

6



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

### **Parágrafo Quinto. Da Divisão da Repactuação.**

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação dos custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes dos insumos necessários à prestação dos serviços.

### **Parágrafo Sexto. Do Aumento do Custo da Mão de Obra.**

A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

### **Parágrafo Sétimo. Da Preclusão da Repactuação.**

As repactuações a que a Contratada tiver direito mas não forem solicitadas antes da assinatura do respectivo termo aditivo de prorrogação contratual ou do encerramento do contrato serão objeto de preclusão e não poderão ser concedidas.

### **Parágrafo Oitavo. Da Formalização da Solicitação de Repactuação.**

A solicitação de repactuação pela Contratada deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Demonstração analítica da alteração dos custos;
- b) Apresentação de todos os documentos que comprovem a alteração de custos, inclusive, se for o caso, o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;
- c) Nova "Planilha de Custos e de Formação de Preços" constando, em uma coluna, os preços vigentes, e em outra, os valores a serem repactuados;
- d) Outros documentos, dados ou elementos que possam subsidiar a Contratante no exame do pedido da repactuação.

### **Parágrafo Nono. Das Vedações na Repactuação.**

É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos na "Proposta de Preços" inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

### **Parágrafo Décimo. Da Análise da Repactuação.**

A Contratante ao analisar o pedido de repactuação, levará em conta:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração Pública;
- b) As particularidades do contrato celebrado;

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

- c) A nova "Planilha de Custos e de Formação de Preços" com a variação dos custos apresentada;
- d) Quando o caso, indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) As disposições da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- f) A disponibilidade orçamentária da Contratante.

### **Parágrafo Décimo Primeiro. Da Decisão do Pedido de Repactuação.**

A Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação da Contratada e da entrega dos comprovantes da variação de custos, sendo observado o seguinte:

- a) A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada;
- b) O prazo ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para comprovação da variação dos custos.

### **Parágrafo Décimo Segundo. Do Apostilamento das Repactuações.**

As repactuações serão formalizadas por meio de "apostilamento", exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando, então, serão formalizadas por meio de "termo aditivo de prorrogação e repactuação".

### **Parágrafo Décimo Terceiro. Dos Novos Valores Pactuados.**

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações;
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando envolver a revisão do custo de mão de obra em que o acordo, a convenção coletiva de trabalho ou a sentença normativa contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

### **Parágrafo Décimo Quarto. Dos Efeitos Financeiros da Repactuação.**

Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

### **Parágrafo Décimo Quinto. Da Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro.**

As repactuações previstas nesta Cláusula não interferem no direito de as partes solicitarem, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com base no disposto no artigo 65 da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações.

### **Parágrafo Décimo Sexto. Da Contratação de Remanescentes.**

Quando for o caso do artigo 24, inciso XI, da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações, a Contratada para a execução do remanescente tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que faria jus a anteriormente Contratada, sendo os preços contratuais corrigidos antes do início da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da prestação dos serviços correm à conta das seguintes dotações orçamentárias: SAMF/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 089280, Fonte: 0100000000, Natureza da Despesa: 339039, Unidade Gestora: 170085, Plano Interno: SPOAHIG2000, Gestão: 00001 (Tesouro), mediante transferência de recursos financeiros pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017. PFN/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 089072, Fonte: 0157000000, Natureza da Despesa: 339039, Unidade Gestora: 170008, Plano Interno: PGLIMPE2000, Gestão: 00001 (Tesouro); mediante transferência de recursos financeiros à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017. CENTRESAF/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 089076, Fonte: 0100000000, Natureza da Despesa: 339039, Unidade Gestora: 170009, Plano Interno: ESAFGAP2000, Gestão: 00001 (Tesouro); mediante transferência de recursos financeiros à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017. SRRF/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 089116, Fonte: 0132251030, Natureza da Despesa: 339039, Unidade Gestora: 170088, Plano Interno: RATEIORF, Gestão: 0001 (Tesouro); mediante transferência de recursos financeiros à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017. CGU/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 090359, Fonte: 0133000000, Natureza da

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

Despesa: 339039, Unidade Gestora: 170099, Plano Interno: A3010, Gestão: 00001 (Tesouro); mediante transferência de recursos financeiros à Superintendência do Ministério da Fazenda em Minas Gerais pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017. SPU/MG: Evento: 401091, Programa de Trabalho Resumido: 090359, Fonte: 0133000000, Natureza da Despesa: 339039, Plano Interno: 000000E005, Gestão: 00001 (Tesouro); mediante transferência de recursos financeiros à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme "Programação Orçamentária" aprovada para o Exercício de 2017.

**Parágrafo Primeiro. Da Emissão Das Notas de Empenho.**

Foram emitidas as Notas de Empenho 2018NE800001, 2018NE800002, 2018NE00003 para atender as despesas iniciais do objeto do contrato, à conta das dotações orçamentárias especificadas no *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo. Dos Recursos Orçamentários Subsequentes.**

Nos casos de assinatura de "termos aditivos de prorrogação" ou ato de "Apostilamento" serão indicados os créditos e os respectivos empenhos para a cobertura das despesas decorrentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS.**

O pagamento à Contratada será feito por meio de ordem bancária, após o cumprimento das obrigações contratuais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura emitida e na qual conste, obrigatoriamente, o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na "Proposta de Preços" e neste contrato, não se admitindo emissão com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz.

**Parágrafo Primeiro. Do Primeiro Mês da Contratação.**

Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e no caso de a Contratada ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deverá ser apresentada a seguinte documentação no primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF), com a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

- b)** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- c)** Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

### **Parágrafo Segundo. Dos Pagamentos Mensais Subsequentes.**

Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Prestação dos Serviços será acompanhada da seguinte documentação, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal:

- a)** Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- d)** Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente ao mês anterior;
- e)** Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f)** Quando solicitado e a critério da Contratante, extrato da conta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g)** Quando solicitado e a critério da Contratante, cópia da "Folha de Pagamento Analítica" de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador do serviço a Contratante;
- h)** Quando solicitado e a critério da Contratante, contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- i)** Quando solicitado e a critério da Contratante, comprovantes de entrega de benefícios suplementares – vale-transporte, vale-alimentação, entre outros – a que a Contratada estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- j)** Quando solicitado e a critério da Contratante, comprovante de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- k)** Quando o caso, comprovante de pagamento do 13º salário, nas épocas próprias;
- l)** Quando o caso, comprovante de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- m)** Quando o caso, comprovante do pagamento integral de verbas rescisórias dos empregados demitidos;

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

- n) Quando o caso, outros comprovantes de regularidade que forem solicitados pela Contratante e que sejam da obrigação da Contratada;
- o) Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a seguinte documentação:
  - 1. Os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores dos serviços, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
  - 2. As guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do Fundo e Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes às rescisões contratuais.
  - 3. Os extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
  - 4. Os exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- p) Os documentos necessários à comprovação das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da Contratante;
- q) Quando da rescisão ou extinção do contrato, a Contratante deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos documentos, prorrogável por mais 30 (trinta) dias corridos, justificadamente.

### **Parágrafo Terceiro. Dos Indícios de Irregularidade.**

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o gestor ou fiscal do contrato oficiará aos órgãos competentes, como à Secretaria da Receita Federal do Brasil; da mesma forma, no caso de irregularidade no recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) será oficiado ao Ministério do Trabalho e Emprego relatando o verificado.

### **Parágrafo Quarto. Da Admissão de Novos Empregados.**

Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos indicados no parágrafo primeiro desta Cláusula deverão ser apresentados.

### **Parágrafo Quinto. Do Prazo Para Pagamento.**

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura pela Contratada.

### **Parágrafo Sexto. Do Erro no Faturamento ou Documentação.**

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Prestação de Serviços e/ou na documentação exigida pela Contratante, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

### **Parágrafo Sétimo. Do Novo Prazo Para Pagamento.**

Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

### **Parágrafo Oitavo. Do Descumprimento das Demais Obrigações.**

Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e outras exigidas legal e contratualmente, será concedido prazo de 10 (dez) dias corridos para que a Contratada regularize essas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

### **Parágrafo Nono. Da Não Regularização Exigida.**

Não sendo regularizada a situação pela Contratada no prazo indicado no parágrafo anterior, ou nos casos em que for identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado diretamente pela Contratante, descontando-se do valor das faturas a que faz jus a Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na rescisão contratual.

### **Parágrafo Décimo. Da Retenção ou Glosa no Pagamento.**

Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados para a prestação dos serviços;
- b) Deixou de executar a prestação de serviços contratada ou não a executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e os recursos humanos exigidos (empregados) para a prestação dos serviços ou utilizou-os com qualidade e/ou quantidade inferior à demandada.

### **Parágrafo Décimo Primeiro. Da Verificação da Regularidade.**

Ressalvadas as disposições anteriores, antes do pagamento será verificada a situação de regularidade da Contratada quanto às condições então exigidas para habilitação no pregão eletrônico.

### **Parágrafo Décimo Segundo. Da Constatação de Irregularidade.**

Caso seja constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, esta será advertida por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, a contar do recebimento da notificação, regularize sua situação, apresente sua documentação atualizada ou apresente defesa, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis e rescisão contratual.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

### **Parágrafo Décimo Terceiro. Da Ordem Bancária de Pagamento.**

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

### **Parágrafo Décimo Quarto. Da Data de Pagamento.**

Para todos os fins e legais efeitos será considerada data do pagamento o dia em que foi emitida a ordem bancária pela Contratante.

### **Parágrafo Décimo Quinto. Da Retenção Tributária.**

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

- a) Do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP);
- b) Da contribuição previdenciária correspondente a 11% (onze por cento);
- c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

### **Parágrafo Décimo Sexto. Do Eventual Atraso de Pagamento.**

No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante e que não tenha sido provocado, de alguma forma, pela Contratada, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, mediante a fórmula  $EM = (TX/100)/365 \times N \times VP$ ; onde EM = encargos moratórios; TX = percentual da taxa de juros de mora de 6% ao ano; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela em atraso.

### **Parágrafo Décimo Sétimo. Da Utilização dos Créditos da Contratada.**

Observadas as disposições legais, os pagamentos devidos à Contratada poderão ser utilizados para cobrir multas aplicadas pela Contratante.

### **Parágrafo Décimo Oitavo. Da Não Interrupção dos Serviços.**

É vedado à Contratada interromper a prestação dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA OITAVA. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

A Contratada prestará garantia contratual no valor de R\$ 238.487,88 (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos),

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA

correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, ou seja, por 12 (doze) meses de vigência, observado o seguinte:

- a)** A exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações, terá validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual;
- b)** A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, a critério da Contratante, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
- c)** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida pela Contratada, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assegurará o pagamento de:
  - 1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato.
  - 2.** Prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
  - 3.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.
  - 4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- d)** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os itens indicados na alínea "c" acima, observada a legislação que rege a matéria;
- e)** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante;
- f)** A inobservância do prazo indicado na alínea "b" para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- g)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações;
- h)** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- i)** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- j)** A garantia será considerada extinta:
  - 1.** Com a devolução da apólice, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA

2. Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- k) A garantia prevista na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhista decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no artigo 19-A, inciso IV, da referida Instrução Normativa, observada a legislação que rege a matéria.

### **Parágrafo Primeiro. Da Liberação da Garantia.**

A garantia ofertada somente será liberada pela Contratante ante a comprovação do exigido na alínea "k" do *caput* desta Cláusula e atendimento às demais exigências contratuais.

### **Parágrafo Segundo. Alteração do Valor Contratual.**

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

### **Parágrafo Terceiro. Da Reposição da Garantia.**

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período mediante justificativa apresentada e aceita pela Contratante, contado da data da notificação.

### **Parágrafo Quarto. Da Retenção da Garantia e do Pagamento.**

Até que a Contratada comprove o disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Contratante reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para pagamento direto aos empregados no caso de a Contratada não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e nos incisos IV e V do artigo 19-A da citada Instrução Normativa.

## **CLÁUSULA NONA. DO PROVISIONAMENTO DE VALORES.**

A Contratante realizará provisionamento de valores para pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos empregados da Contratada, cujos valores serão destacados do valor mensal da prestação dos serviços e depositados mensalmente em "conta corrente vinculada específica", conforme disposto na

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Parágrafo Primeiro. Da Conta Corrente Vinculada.**

A "conta vinculada" será aberta em nome da Contratada em instituição bancária oficial e será bloqueada para movimentação exceto mediante autorização da Contratante e exclusivamente para o pagamento das obrigações trabalhistas.

**Parágrafo Segundo. Do Montante Financeiro Provisionado.**

O montante dos depósitos mensais provisionados, a ser deduzido do valor mensal da prestação dos serviços a ser pago à Contratada, corresponderá ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- a) Pagamento de 13º salário, no valor de **8,33%** (oito vírgula trinta e três por cento) sobre a remuneração dos postos de serviço;
- b) Pagamento de férias e abono de férias, no valor de **12,10%** (doze vírgula dez por cento) sobre a remuneração dos postos de serviço;
- c) Pagamento de adicional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as rescisões sem justa causa, no valor de **5,00%** (cinco por cento) sobre a remuneração dos postos de serviço;
- d) Impacto sobre férias e décimo terceiro salário, no valor de **7,39%** (sete vírgula trinta e nove por cento) sobre a remuneração dos postos de serviço;
- e) Em caso da impossibilidade do pagamento correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, a Contratada deverá apresentar justificativa a fim de que a Contratante possa verificar a realização do pagamento.

**Parágrafo Terceiro. Da Inviabilidade da Utilização da Conta Vinculada.** Os casos de comprovada inviabilidade de utilização da "conta vinculada" deverão ser justificados pela Contratante, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Parágrafo Quarto. Da Impossibilidade do Pagamento pela Contratante.**

Quando não for possível a realização dos pagamentos de que trata o inciso V, artigo 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MPDG Nº 2/2008, e alterações, pela própria Contratante, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente para o pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

**Parágrafo Quinto. Da Remuneração do Saldo da Conta Vinculada.** O saldo da "conta vinculada" será remunerado pelo índice da Caderneta de Poupança.

**Parágrafo Sexto. Da Liberação dos Valores Depositados.** Os valores depositados na "conta vinculada" poderão ser liberados para o pagamento direto aos empregados nas seguintes condições:

- a) Anualmente, para pagamento do valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário, quando devido;
- b) Anualmente, para pagamento do valor correspondente a férias e ao adicional de 1/3 de férias, quando do seu gozo pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) Quando da demissão de empregado vinculado ao contrato, para pagamento do valor correspondente ao décimo terceiro e férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias devidas.

**Parágrafo Sétimo. Da Utilização dos Valores da Conta Vinculada.**

A Contratada poderá solicitar autorização da Contratante para utilizar os valores da "conta vinculada" para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas ocorridas durante a vigência do contrato, observando:

- a) A solicitação deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e de seus respectivos prazos de vencimento;
- b) A Contratante, após análise da documentação comprobatória, expedirá autorização para a movimentação pleiteada à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da apresentação dos documentos;
- c) A autorização deverá especificar a conta corrente dos empregados favorecidos, para a qual a instituição financeira deverá realizar a transferência;
- d) No prazo máximo de 3 (três) dias úteis a Contratada deverá apresentar à Contratante o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**Parágrafo Oitavo. Do Saldo Remanescente da Conta Vinculada.**

O saldo remanescente da "conta vinculada" será liberado para a Contratada no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA. DAS MEDIDAS ADICIONAIS TRABALHISTAS.**

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

Objetivando assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, terão de ser adotadas pela Contratada as medidas adicionais previstas nesta Cláusula e, entre outras, as disposições da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ou seja:

- a) Pagamento dos salários dos empregados deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;
- b) Obrigação de autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, para, a qualquer tempo, reter a garantia na forma prevista na alínea "k" do inciso XIX do artigo 19 da citada Instrução Normativa;
- c) Obrigação de autorizar a Contratante a fazer desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), quando estes não forem adimplidos;
- d) No prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do início da prestação dos serviços, emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- e) No prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do início da prestação dos serviços, via Internet e por meio de senha própria, viabilizar o acesso de seus empregados aos sistemas de Previdência Social e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- f) Oferta de todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extratos de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização da Contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da Contratada:

#### OBRIGAÇÕES GERAIS

- 01. Implantar a mão de obra nos locais da prestação dos serviços, conforme quantidade indicada na Cláusula Primeira deste contrato, e adotando as medidas de planificação, execução e supervisão permanente para que a prestação dos serviços seja executada de forma correta e eficaz.
- 02. Cumprir rigorosamente as especificações, exigências, obrigações, rotinas e demais detalhamentos constantes do Termo de Referência.
- 03. Informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir a prestação dos serviços.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA

- 04.** Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços nos termos deste instrumento, da legislação vigente e do citado Termo de Referência.
- 05.** Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da prestação dos serviços, salvo nas condições indicadas no Termo de Referência.
- 06.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante relativamente à prestação dos serviços, bem assim instruir a mão de obra quanto à obrigatoriedade de acatar as referidas decisões.
- 07.** Não ocupar os postos de serviço com familiares de agente público nos termos do Decreto Nº 7.203, de 2010, nem contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante.
- 08.** Selecionar e preparar rigorosamente a mão de obra, devendo ser observados os requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência.
- 09.** Fornecer uniforme e seus complementos à mão de obra disponibilizada para os postos de serviço contratados.
- 10.** Responsabilizar-se por seus empregados e prepostos, respondendo, inclusive, pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo.
- 11.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados e prepostos em face da prestação dos serviços.
- 12.** Retirar qualquer empregado que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização da Contratante até 24 (vinte e quatro) horas após receber a notificação.
- 13.** Impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar de natureza grave seja mantida ou retorne às instalações da Contratante.
- 14.** Substituir, independentemente de justificação da Contratante, a mão de obra cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória à disciplina ou ao interesse da Contratante.
- 15.** Com a antecedência necessária, nos casos de férias, licenças e outros afastamentos legais disponibilizar empregado para o posto de serviço; bem assim repor a mão de obra ausente (absenteísmo).
- 16.** Manter a mão de obra uniformizada e identificada por crachá com fotografia recente, primando pela boa educação e aparência, tanto física como quanto ao uniforme.
- 17.** Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias para atendimento dos seus empregados e prepostos acidentados ou com mal súbito por meio de seus encarregados.
- 18.** Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões desejados para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante nas condições indicadas contratualmente.
- 19.** Cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos as orientações, regimentos internos e as normas de segurança e de medicina do trabalho.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

20. Responder pela direção e responsabilidade técnica do objeto do contrato e obedecer aos procedimentos de trabalho, exigências e rotinas decorrentes do avençado.
21. Observar as normas legais e regulamentares aplicáveis e as rotinas e tarefas exigidas contratualmente.
22. Zelar pela conservação do patrimônio da Contratante.
23. Regularizar quaisquer anormalidades na prestação dos serviços e manter apoio logístico destinado ao atendimento para normalização da prestação dos serviços e, quando o caso, reposição de mão de obra ausente.
24. Quando necessário, disponibilizar armário ou guarda-volume para guarda de uniformes, equipamentos e outros acessórios necessários à prestação dos serviços.
25. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.

### OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS

As obrigações operacionais exemplificativas encontram-se indicadas no **Termo de Referência**, parte integrante deste contrato independentemente de transcrição.

### OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, COMERCIAIS E OUTRAS

São obrigações tributárias, comerciais e outras da Contratada, exemplificativamente:

01. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços tais como tributos, salários, encargos previdenciários, trabalhistas, sociais e comerciais, seguros de acidentes, indenizações, fornecimento de vales-refeição e vales-transporte, e outros benefícios exigidos em lei ou em convenção coletiva de trabalho ou equivalente.
02. Repassar à mão de obra, no máximo, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores referentes aos vales-alimentação e vales-transporte.
03. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Edital do pregão eletrônico, bem assim aquelas previstas neste instrumento.
04. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando forem vítimas seus empregados e prepostos em face da prestação dos serviços, ou em conexão ou contingência.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

05. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada, por prevenção, conexão ou contingência.
06. Quando exigido, apresentar atestado de antecedentes civil e criminal da mão de obra disponibilizada na prestação dos serviços.

### **Parágrafo Primeiro. Da Inadimplência da Contratada.**

A inadimplência da Contratada relativa a qualquer das obrigações desta Cláusula não transfere à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato, renunciando a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a Contratante.

### **Parágrafo Segundo. Da Caracterização de Falta Grave.**

Caracteriza falta grave da Contratada, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei Nº 10.520, de 2002.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

A Contratante obriga-se a:

01. Fiscalizar, por meio de servidores designados, a prestação dos serviços não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução nas condições avençadas.
02. Atestar a prestação dos serviços, desde que satisfeitas as exigências contratuais.
03. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da prestação dos serviços no prazo acordado, desde que adimplidas e observadas as disposições contratuais aplicáveis.
04. Prestar as informações ou os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
05. Quando o caso, promover os devidos flexionamentos da mão de obra no interesse e na conveniência da Contratante, mantido em qualquer situação, em seus termos gerais, o objeto da prestação dos serviços.
06. Proporcionar à Contratada as condições para que possa prestar os serviços segundo as exigências contratuais estabelecidas.
07. Permitir o livre acesso dos empregados e dos prepostos da Contratada para a prestação dos serviços.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

- 08.** Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas ou consideradas de natureza grave na prestação dos serviços.

**Parágrafo Único. Das Vedações da Contratante.**

É vedado à Contratante ou aos seus servidores, conforme disposições da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados;
- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada;
- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da prestação dos serviços e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado;
- d) Considerar os empregados da Contratada como colaboradores eventuais da Contratante, especialmente para efeito de concessão de diárias e de passagens.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

A prestação de serviços será fiscalizada pela Contratante por meio de servidores formalmente designados pelo Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, e que adotarão os seguintes procedimentos:

- a) Verificação dos resultados alcançados em relação à prestação dos serviços, dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados na prestação dos serviços;
- d) A adequação da prestação dos serviços às rotinas, procedimentos e outros detalhamentos estabelecidos no Termo de Referência;
- e) O cumprimento das demais obrigações contratuais para a satisfatória e eficaz prestação dos serviços;
- f) Quando o caso, a satisfação do público usuário quanto à prestação dos serviços;
- g) Demais procedimentos de fiscalização indicados no Termo de Referência.

**Parágrafo Único. Da Não Corresponsabilidade da Contratante.**

A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo disposto no artigo 65 da Lei Nº 8.666, de 1993 , e nas disposições da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Parágrafo Primeiro. Dos Acréscimos e Supressões.**

A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo. Supressões Acima do Limite de 25%.**

As supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, por acordo das partes contratantes, nos termos do inciso II, parágrafo segundo, do artigo 65 da Lei Nº 8.666, de 1993 , e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS.**

Além das penalidades previstas no Edital do pregão eletrônico instaurado e no **Termo de Referência**, serão aplicadas as seguintes penalidades pelo descumprimento de obrigações previstas no contrato, que poderão ser aplicadas cumulativamente com o impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando – conforme o caso – a Licitante ou Contratada:

- a) Não manter a "Proposta de Preços";
- b) Apresentar documento ou declaração falsa;
- c) Retardar a prestação de serviços contratada;
- d) Falhar ou fraudar a execução contratual, acarretando rescisão unilateral do contrato pelas hipóteses do artigo 79, inciso I, da Lei Nº 8.666, de 1993 , e alterações;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

**Parágrafo Primeiro. Dos Percentuais das Penalidades Aplicadas à Contratada.**

 24

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

Em caso de inexecução, erro, imperfeição, mora na prestação de serviços, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada está sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa:

- a) Multa de **0,5%** (cinco décimos percentuais) ao dia sobre o valor total mensal do contrato, por descumprimento dos prazos e outras exigências nele estipulados, limitado a **10%** (dez por cento) do mesmo valor, por ocorrência;
- b) Multa compensatória de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição nele estabelecida e não especificada nas demais alíneas, aplicada em dobro na sua reincidência;
- c) Multa compensatória de **0,5%** (cinco décimos percentuais) sobre o valor total mensal do contrato, pela recusa em refazer qualquer serviço não aprovado, caracterizando a recusa caso a correção não se efetivar em 24 (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação formal da Contratante, que poderá ser feita por email ou outro meio de comunicação;
- d) Para todos os fins e legais efeitos considera-se como valor total mensal do contrato o referente a **1/12** (um doze avos) do valor total de 12 (doze) meses de contrato.

### **Parágrafo Segundo. Do Impedimento de Licitar e Contratar.**

As penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas concomitantemente, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

### **Parágrafo Terceiro. Do Registro no SICAF das Penalidades Aplicadas à Contratada.**

Todas as penalidades aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal.

### **Parágrafo Quarto. Dos Procedimentos Antecedentes à Aplicação da Penalidade.**

O procedimento para aplicação de penalidade será iniciado a partir de comunicado por escrito feito pelo Fiscal do contrato ao Serviço de Suprimentos da Divisão de Recursos Logísticos informando a cláusula contratual descumprida e apresentando a documentação comprobatória.

### **Parágrafo Quinto. Do Contraditório e da Ampla Defesa da Contratada.**

A fim de garantir o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o Serviço de Suprimentos da Divisão de Recursos Logísticos notificará a Contratada da intenção de aplicação de penalidade, sendo concedido um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, apresentação de defesa.

### **Parágrafo Sexto. Do Prazo para Defesa da Contratada.**

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

Recebida a defesa, ou transcorrido o prazo assinalado para apresentação sem manifestação da Contratada, o Serviço de Suprimentos da Divisão de Recursos Logísticos comunicará ao fiscal do contrato para manifestação quanto aos fatos ou aspectos articulados na defesa apresentada ou quanto à ausência de manifestação pela Contratada.

### **Parágrafo Sétimo. Da Manifestação da Fiscalização do Contrato.**

A manifestação do fiscal será por ele encaminhada à Gerência da Divisão de Recursos Logísticos que decidirá quanto à aplicação ou não da penalidade, em despacho fundamentado, que levará em conta as considerações feitas pelo Fiscal do Contrato a respeito do descumprimento da obrigação e suas consequências, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, além dos argumentos da defesa que venha a ser apresentada pela Contratada.

### **Parágrafo Oitavo. Da Decisão Quanto à Penalidade Aplicada pela Contratante.**

A decisão quanto à aplicação da penalidade pode ser objeto de recurso administrativo dirigido ao Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, na forma da legislação aplicável.

### **Parágrafo Nono. Do Desconto da Multa Aplicada pela Contratante.**

No caso de a Contratada ser credora de valor suficiente, a Contratante procederá ao desconto da multa devida na proporção do crédito, descontado sobre o valor bruto da fatura, antes da retenção dos tributos. Se o valor do crédito não for suficiente, a Contratante executará a garantia prestada ou cobrará a diferença nos termos dos dispositivos a seguir.

### **Parágrafo Décimo. Do Valor da Multa Aplicada pela Contratante.**

O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da notificação, em conta única da União, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), em agência do Banco do Brasil S/A, preenchida de acordo com as instruções fornecidas pela Contratante.

### **Parágrafo Décimo Primeiro. Do Recolhimento da Multa Aplicada pela Contratante.**

Descumprido o prazo indicado no parágrafo anterior para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de **1%** (um por cento) de juros por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito.

### **Parágrafo Décimo Segundo. Da Inscrição da Multa em Dívida Ativa da União.**



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

No caso de insuficiência de crédito, o valor devido será inscrito como "Dívida Ativa da União" e cobrado mediante execução judicial pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, acrescido dos encargos legais pertinentes.

### **Parágrafo Décimo Terceiro. Do Caráter não Indenizatório das Multas Aplicadas.**

As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da possibilidade de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

### **Parágrafo Décimo Quarto. Do Caso Fortuito e de Força Maior.**

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito e força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais.

### **Parágrafo Décimo Quinto. Dos Princípios na Aplicação da Penalidade.**

A autoridade competente para a aplicação das sanções, a partir da manifestação da Divisão de Recursos Logísticos, levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada, conforme o caso, o caráter educativo da sanção, bem assim o dano causado à Contratante, observados, dentre outros, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a dosimetria da penalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.**

Ressalvados os recursos das Licitantes e pertinentes ao Edital do pregão eletrônico e que são processados de acordo com os procedimentos próprios, cabe recurso contra atos da Contratante, nos seguintes termos:

- 01.** Recurso, dirigido ao Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de:
  - a)** Rescisão deste Contrato de Prestação de Serviços;
  - b)** Aplicação de penalidades previstas no Edital do pregão eletrônico;
  - c)** Anulação ou revogação da licitação.
- 02.** Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do pregão eletrônico ou do Contrato de Prestação de Serviços celebrado que não caiba recurso hierárquico.
- 03.** Pedido de reconsideração de decisão do Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

### **Parágrafo Primeiro. Do Recurso da Contratada.**

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

O recurso será dirigido ao Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais por intermédio do servidor que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade para decisão.

### **Parágrafo Segundo. Da Decisão do Recurso.**

A decisão do Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais deverá ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso devidamente instruído pelo servidor que praticou o ato recorrido, devendo decidir nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações.

### **Parágrafo Terceiro. Da Intempestividade do Recurso.**

Os recursos interpostos pela Contratada fora dos prazos não serão conhecidos.

### **Parágrafo Quarto. Do Efeito Não Suspensivo do Recurso.**

Os recursos interpostos pela Contratada não terão efeito suspensivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. DA RESCISÃO CONTRATUAL.**

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Nº 8.666, de 1993 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e no **Termo de Referência**, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

### **Parágrafo Primeiro. Da Rescisão Unilateral do Contrato.**

Também poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato a aplicação de duas multas consecutivas ou três multas no decorrer de um ano por descumprimento ou cumprimento insatisfatório de obrigações contratuais.

### **Parágrafo Segundo. Da Motivação para a Rescisão Contratual.**

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

### **Parágrafo Terceiro. Dos Direitos da Administração Contratante.**

A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão unilateral prevista no artigo 77 da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações, ou seja: a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

### **Parágrafo Quarto. Do Termo de Rescisão do Contrato.**

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG

FIS. \_\_\_\_\_

RUBRICA

O termo de rescisão contratual, quando o caso ou sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas devidas.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. DA VALIDADE E EFICÁCIA.

O contrato só terá validade e eficácia após a aprovação do Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, nos termos do artigo 33, inciso I, Decreto Nº 93.872/1986, e publicado por extrato no "Diário Oficial da União", conforme artigo 61, parágrafo único, da Lei Nº 8.666, de 1993, e alterações.

#### Parágrafo Primeiro. Da Publicação de Extratos no Diário Oficial da União.

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato do contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial da União" no prazo previsto na lei.

#### Parágrafo Segundo. Do Ônus de Publicação no Diário Oficial da União.

As publicações no "Diário Oficial da União" são de ônus da Contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA. DO FORO JUDICIAL.

Para dirimir todas as questões oriundas do contrato é competente o Foro da Justiça Federal de Belo Horizonte da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

E, para firmeza e validade do pactuado, este Contrato de Prestação de Serviços foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, é assinado pelas partes contratantes.

Contratante: **União**, representada pela Senhora Sônia Lúcia Dias, Chefe da Divisão de Recursos Logísticos da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, já qualificada no preâmbulo deste contrato.

Contratante: **SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI**, representada pelo senhor Lindon Carlos Ferreira Lins, já qualificado no preâmbulo deste contrato.

#### Testemunhas:

(Nome e CPF)

29

Warley Maciel Campos  
Chefe/Equipe de Controle de Contratos  
DRL/SAMF/MG  
Mat. SIAPE 1178440

José Henrique Naminha  
Mat. 06042449

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais

SAMF/MG
FIS. _____
RUBRICA _____

**Processo Administrativo Nº 10680.000179/2017-01**

**CONTRATO SAMF/MG Nº 01/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, "CONTÍNUO" ADMINISTRATIVO, COPEIRAGEM, PORTARIA E RECEPÇÃO [COM E SEM "CERTIFICAÇÃO DIGITAL" NOS CASOS INDICADOS], COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA [RESIDENTE] PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM MINAS GERAIS E DEMAIS ÓRGÃOS ATENDIDOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO E SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI.**

**APROVAÇÃO**

No uso das minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 33, inciso I, do Decreto Nº 93.872/1986, e alterações, combinado com o disposto no artigo 65 da Portaria MF/GM Nº 144, baixada pelo Ministro de Estado da Fazenda em 27 de abril de 2016, publicada no "Diário Oficial da União" de 29 de abril de 2016, aprovo o presente Contrato de Prestação de Serviços, celebrado com Santa Fé Serviços Eireli.

Belo Horizonte, 26 de Setembro de 2018.

ACÁCIO CÂNDIDO DA SILVEIRA SANTOS  
Superintendente